



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Justiça de Segunda Instância

RESPOSTA A QUESTIONAMENTOS - 3

PROCESSO Nº 1.552/2013

LICITAÇÃO Nº 128/2013

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

OBJETO: Contratação de empresa especializada, para implantação de Solução Integrada de Gerenciamento de Portfólio e Projetos (PPM) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

ESCLARECIMENTOS SOLICITADOS POR: ATECH NEGÓCIOS EM TECNOLOGIAS S. A.

PERGUNTAS:

1. ANEXO I - Termo de Referência, item 10.3.1. Para comprovação do nível de escolaridade exigido, será considerado original ou cópia autenticada de diploma ou certificado de conclusão do curso.

Entendemos que para os profissionais com formação universitária realizada no exterior, será aceita a cópia autenticada da tradução juramentada do diploma emitido por instituição estrangeira, o nosso entendimento está correto?

RESPOSTA DA COALI:

O entendimento não está correto.

Diplomas emitidos no exterior somente poderão ser aceitos após a realização de procedimento de revalidação, nos termos estipulados pela Resolução nº 08/2007 do Ministério da Educação e Cultura:

Art. 1º Os diplomas de cursos de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior serão declarados equivalentes aos que são concedidos no País e hábeis para os fins previstos em Lei, mediante a devida revalidação por instituição brasileira nos termos da presente Resolução.

A mera tradução do documento, por si só, não tem o condão de validar os termos de certificado de graduação emitido em outro país.

Portanto, somente os diplomas estrangeiros devidamente revalidados poderão ser aceitos no curso da Licitação n.º 128/2013.

2. Item 2.1. As propostas serão recebidas até às 09h00min do dia 20.01.2014, exclusivamente por meio eletrônico, através do sítio da internet www.licitacoes-e.com.br.

Solicitamos adiamento da data de entrega da proposta em 15 dias da data original.

RESPOSTA DA COALI:

Fica mantida a data.

3. No item 8.3.4. PARA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL, sub-item III. Atestado ou certidão de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços de diagnóstico de maturidade de processos de gestão de portfólio e projetos com base no modelo Organizational Project Management Maturity Model (OPM3) para unidade organizacional com no mínimo 100 (cem) funcionários. Não será admitido o somatório de atestados.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Segunda Instância

Entendemos que o Atestado ou Certidão de Capacidade Técnica solicitado se refere a prestação de serviço de diagnóstico de maturidade de processos de gestão de portfólio e projetos realizado por Profissional Certificado OPM3. O nosso entendimento está correto?

RESPOSTA DA COALI:

O entendimento não está correto.

O atestado se refere à prestação de serviços de diagnóstico de maturidade de processos de gestão de portfólio e projetos. Contudo, o padrão "Organizational Project Management Maturity Model (OPM3)", mantido pelo Instituto Internacional de Gerenciamento de Projetos (PMI), é o modelo de maturidade que deve ser usado como referência e base metodológica no citado diagnóstico. Não há exigência de que o serviço tenha sido realizado por profissional Certificado OPM3.

Em 14.01.2014